



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário**

**Área Administrativa**

Prova Cargo MC03/BX03, Tipo 1  
000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Português  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**Riscos da advocacia invadida**

*Tanto quanto se saiba, a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia, apreendido papéis e praticado outras violências. A versão oficial diz que as chamadas invasões não existem, pois se trata de ingressos autorizados por ordem judicial para fins determinados, relativos a investigações na apuração de responsabilidades graves.*

*A regra essencial a esse respeito é, porém, a da inviolabilidade do escritório do advogado. Sou advogado, além de jornalista e, portanto, parte interessada. Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação. Começemos pelo inciso 6 do artigo 5º da Carta Magna, o qual afirma ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A advocacia exige qualificações específicas, na Carta Magna e na Lei nº 8.906/94, consistentes no diploma do bacharel em ciências jurídicas, no registro profissional na Ordem dos Advogados, depois da aprovação no Exame da Ordem.*

*Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis. Nem será possível se o advogado puder ser constrangido a informar fatos relativos a seu cliente.*

*O sigilo do médico e o do sacerdote têm força igual à do sigilo do advogado. Daí dizer a Lei nº 8.906/94, no inciso 19 do artigo 7º, ser direito deste profissional recusar-se a depor como testemunha, mesmo quando autorizado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. Se não pode depor, mesmo em juízo, imagine-se a gravidade de ver apreendido, em seu escritório, documento que implique em responsabilidade de seu cliente.*

*Tem havido, porém, escritórios que aceitam ser sede de empresas de seus clientes, designando locais, em seu espaço interno, para esse efeito. Em outros casos, o advogado é diretor de empresa, não se encontrando no exercício da profissão. São alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional, não garantidas pela Constituição e pelas leis, quanto à inviolabilidade. Fora daí, invadir o escritório e apreender documentos físicos ou eletrônicos é abuso de direito, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem considerado geradora de prova ilícita.*

(Walter Ceneviva, **Folha de S. Paulo**, 07/05/2005)

1. O autor do texto manifesta-se contra práticas policiais
  - (A) a que falta o respaldo básico de uma ordem judicial explícita.
  - (B) de respaldo ético indiscutível, já que amparadas por determinação judicial.
  - (C) que ferem direito garantido, inerente a toda prática profissional.
  - (D) em que há abuso da autoridade e extrapolação de uma ordem judicial.
  - (E) em que se ignora direito já reconhecido pela jurisprudência.

2. Considere as seguintes afirmações:
  - I. Quanto à sua inviolabilidade, o direito ao sigilo de médicos e de sacerdotes é garantido no inciso 19 do artigo 7º da Lei nº 8.906/94 e deveria, segundo o autor, ser estendido à prática advocatícia.
  - II. Para provar sua imparcialidade no tratamento da questão central de seu texto, o autor recusa-se a se valer de argumentos próprios à sua qualificação profissional.
  - III. Segundo o autor, a garantia de inviolabilidade do escritório de advocacia deixa de existir quando seu espaço for utilizado para o exercício de atividades outras.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) I.

3. No segundo parágrafo, lê-se: Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação.

Deve-se entender que a expressão sublinhada na frase remete diretamente a uma informação já explicitada no contexto:

- (A) a versão oficial nega as entradas forçosas.
- (B) o autor se declara parte interessada na questão de que trata.
- (C) o autor está em pleno exercício de seu ofício de jornalista.
- (D) a advocacia exige sempre qualificações específicas.
- (E) os dispositivos legais já citados são inequívocos.

<p>4. A frase em que a palavra sublinhada está empregada com o mesmo sentido com que se apresenta no texto é:</p> <p>(A) São providências duras mas <u>forçosas</u>, imprescindíveis neste momento.</p> <p>(B) Seria bom se reservássemos os <u>ingressos</u>, pois o solista goza de grande prestígio junto ao público.</p> <p>(C) Ele se valeu de razões <u>consistentes</u> e derrubou a frágil proposta da oposição.</p> <p>(D) Mostrou-se <u>constrangido</u> com o deslize que cometeu durante a sessão solene de posse do novo magistrado.</p> <p>(E) Nosso <u>constituente</u> está prestes a buscar outros advogados, caso não escolhamos outra estratégia de defesa.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase</p> <p>(A) (...) <i>alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional</i>, a forma verbal resultante será <b>são tipificadas</b>.</p> <p>(B) (...) <i>a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia</i>, a forma verbal resultante será <b>foram praticadas</b>.</p> <p>(C) (...) <i>a polícia tem apreendido papéis</i>, a forma verbal resultante será <b>têm sido apreendidos</b>.</p> <p>(D) <i>A advocacia exige qualificações específicas</i>, a forma verbal resultante será <b>têm sido exigidas</b>.</p> <p>(E) (...) <i>limitarei as anotações cabíveis aos campos da Constituição e da lei vigente</i>, a forma verbal resultante será <b>terei limitado</b>.</p>
<p>5. <i>Não é possível o exercício da advocacia se o cliente <u>não tiver confiança em que as informações passadas a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>A frase continuará formalmente correta caso se substituam as expressões sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) alimentar a desconfiança em que – compartilhadas de seu</p> <p>(B) presumir de que – confiadas ao seu</p> <p>(C) suspeitar de cujas – confidenciadas com seu</p> <p>(D) não supuser que – reveladas a seu</p> <p>(E) não confiar de que – transmitidas a seu</p>	<p>8. É possível alterar uma expressão do texto sem qualquer prejuízo para seu sentido e sua correção. Isto ocorre em</p> <p>(A) apreender documentos.</p> <p>(B) implique responsabilidade.</p> <p>(C) pois se tratam de ingressos autorizados.</p> <p>(D) atendidas às qualificações profissionais.</p> <p>(E) constrangê-lo ao informar.</p>
<p>6. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Configura-se nas freqüentes invasões dos escritórios de advocacia o desrespeito a prerrogativas constitucionais.</p> <p>(B) Não cabem às autoridades policiais valer-se de ordens superiores para justificar a violência dessas invasões.</p> <p>(C) Submetido com freqüência a esse tipo de constrangimento, os advogados se vêm forçados a revelar informações confidenciais de seus clientes.</p> <p>(D) Tem ocorrido, de uns tempos para cá, inúmeras entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia.</p> <p>(E) Se não lhes convém cumprir determinadas medidas, cabe aos advogados recorrer às instâncias superiores da justiça.</p>	<p>9. <i>Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente <u>não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>Permanecerá correta a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) seria possível – não tenha – são</p> <p>(B) será possível – não ter – serão</p> <p>(C) teria sido possível – não tenha – são</p> <p>(D) seria possível – não tivesse – fossem</p> <p>(E) será possível – não teria – sejam</p>

<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Segundo a versão oficial, as entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia não constituem abuso de autoridade, uma vez que são determinadas por ordem judicial.</p> <p>(B) Os escritórios de advogado aonde funcionam sedes de empresas, não configuram um caso de sigilo profissional, uma vez que se prestam ao exercício de uma função estranha à sua finalidade.</p> <p>(C) Havendo constrangimento do advogado ao informar fatos que só dizem respeito aos seus clientes, traíndo sua confiança, fica impossível exercerem a profissão que lhes compete.</p> <p>(D) A menos que seja previsto como um caso de exercício diverso da advocacia, as situações regulares dos escritórios de advogados impõem o respeito ao direito de sigilo.</p> <p>(E) Note-se que na jurisprudência, do âmbito do Supremo Tribunal Federal, tem sido resguardado o sigilo na apreensão de documentos, entendida como fragilante abuso de autoridade.</p>	<p>13. Quanto à necessidade ou não do sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Esse grande físico não pertenceu àquele grupo de cientistas que se mantinham a margem das contingências, desatentos ao mundo à sua volta.</p> <p>(B) Einstein não se limitou à escrever textos científicos; lançou-se à roda dos grandes debates políticos internacionais, à cuja órbita se prendiam as decisões cruciais do pós-guerra.</p> <p>(C) O cerceamento à liberdade, nos regimes totalitários, leva a indignação coletiva às alturas quando os que mais têm a dizer são intimados a calar-se.</p> <p>(D) Não cabe à qualquer pessoa levar a cabo uma experiência científica, mas à toda gente cabe decidir sobre o emprego que se dará às novas ferramentas da ciência.</p> <p>(E) Com os nervos à flor da pele, assistimos na TV à uma cena em que um homem rude, promovido a condição de milagreiro, dava início a tão anunciada intervenção cirúrgica.</p>
<p>11. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Tenho sempre saudades dos tios, que tanto fizeram por mim.</p> <p>II. Ela me passou as informações, apenas, necessárias para a inscrição no concurso.</p> <p>III. Durante o dia todo, ela ficou se lastimando por não haver cumprido a promessa.</p> <p>A supressão de vírgula(s) altera o sentido do que está em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>14. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Retirei da biblioteca um romance de sucesso.</p> <p>II. A leitura do romance não me empolgou.</p> <p>III. Ao devolvê-lo, comentei minha impressão com a bibliotecária.</p> <p>As frases acima estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:</p> <p>(A) A leitura do romance de sucesso que retirei da biblioteca não me empolgou, conforme a impressão que comentei ao devolvê-lo com a bibliotecária.</p> <p>(B) Ao devolver à biblioteca o romance de sucesso retirado, comentei com a bibliotecária minha impressão de leitura, em cuja não conseguira me empolgar.</p> <p>(C) Não me empolgou a leitura do romance de sucesso que retirara da biblioteca, e ao devolvê-lo comentei com a bibliotecária essa minha impressão.</p> <p>(D) Comentei com a bibliotecária, quando o devolvi, a impressão de que não me empolgaria a leitura daquele romance de sucesso, que retirei na biblioteca.</p> <p>(E) Apesar de ter retirado na biblioteca o romance de sucesso, em cuja leitura não me empolguei, acabei por comentar tal impressão com a bibliotecária quando o devolvera.</p>
<p>12. A frase em que NÃO há ambigüidade de sentido é:</p> <p>(A) Esse é o tipo de técnico de um time que ninguém deseja que se torne campeão.</p> <p>(B) Ele é o autor de romance que faz enorme sucesso junto ao público feminino.</p> <p>(C) A razão que ela me deu para ingressar em sua associação só me fez desconfiar ainda mais dela.</p> <p>(D) Gostaria que você consultasse sua mãe, antes de ceder sua chácara por ocasião da nossa formatura.</p> <p>(E) Quando ela me entregou a carta, percebi logo que as notícias não deviam ser as mais alvissareiras.</p>	<p>15. É <b>injustificável</b> a forma plural do verbo <b>haver</b> no caso da seguinte frase:</p> <p>(A) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las.</p> <p>(B) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca.</p> <p>(C) Que haverão eles cometido, para despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?</p> <p>(D) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?</p> <p>(E) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.</p>

**Atenção:** As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Um meio-elogio à meia-idade**

Parece que se foi o tempo em que ancião significava experiência, que o sábio da tribo era um velho, que o idoso era ouvido pelos jovens e que a literatura fazia o elogio da velhice, como fez o sessentão Cícero, 44 anos antes de Cristo, em **De senectute**. Hoje, o novo **De senectute**, de Norberto Bobbio, é um belíssimo livro, mas triste e pessimista. “Quem louva a velhice não a viu de perto”, ele escreveu.

Não estou entre os que fazem o elogio irrestrito de uma fase da vida em que até o prefixo é traiçoeiro – sexagenário não tem nada a ver com sexo, se é que se precisa avisar. Mas também não acho que é o pior dos tempos, principalmente quando se lembra que a adolescência, tão idealizada a distância, é uma das fases mais atormentadas da existência. Nem sempre é a idade que faz a vida feliz ou infeliz, mas a cabeça, assim como o que faz mal à saúde é a doença, e não a idade.

(Zuenir Ventura, **Crônicas de um fim de século**)

16. Depreende-se do texto que o autor **não aceita** a seguinte antinomia, muito presente no senso comum:

- (A) A sabedoria dos velhos prima pela paciência, enquanto a alegria dos jovens manifesta-se pela ansiedade.
- (B) Vive-se, na adolescência, a euforia da plena felicidade, ao passo que a melancolia dá o tom definitivo à velhice.
- (C) A felicidade é um atributo do corpo jovem, mas a consciência feliz pertence ao velho experiente.
- (D) Embora não haja sexualidade na velhice, há sessentões mais felizes do que os jovens.
- (E) Somente a distância é que os adolescentes são felizes; a adolescência, vista de perto, é uma fase de tormentos.

17. É adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Parece que desapareceram as convicções onde a velhice era sinônimo de ser mais sábio, ou em que ser jovem era uma garantia de felicidade.
- (B) O esclarecimento em cujo a palavra sexagenário nada tem a ver com sexo é um lance de ironia com que o autor se valeu para dar leveza ao tema.
- (C) A adolescência é uma época de onde mais tarde emergirão recordações às quais nem sempre constituirão lembranças felizes.
- (D) Pode-se preferir a velhice do que a juventude, mas Bobbio assevera de que, nesse caso, não se viu a velhice de perto.
- (E) Os traumas por que tantas vezes passam os jovens são esquecidos, mas não os momentos em que lograram ser felizes.

18. Conserva-se o sentido da frase original, numa redação correta, em:

- I. *Não estou entre os que fazem elogio irrestrito de uma fase da vida* = Não me coloco dentre os que exaltam uma irreversível fase da vida.
- II. *Até o prefixo é traiçoeiro* = Mesmo o prefixo induz a equívoco.
- III. *Quem louva a velhice não a viu de perto* = Quem otimiza a velhice não consegue encará-la.

Completa corretamente o enunciado SOMENTE o que está em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

19. Estão corretos o emprego e a forma dos verbos na frase:

- (A) Ainda que retêssemos apenas lembranças felizes, as más lembranças não tardariam a incorrer em nossa consciência.
- (B) Se a adolescência nos provisse apenas de momentos felizes, a ninguém conviria esperar pelos bons momentos da velhice.
- (C) Se a um velho só lhe aprouver o lamento pelo tempo que já passou, caber-lhe-á algo melhor que o temor do futuro?
- (D) Costuma ser repellido o adulto experiente que intervir na conduta de um jovem desorientado para tentar ratificar o rumo de sua vida.
- (E) Sempre conviu ao homem primitivo orientar-se pela sabedoria dos anciãos, ao passo que hoje poucos idosos conseguem fazer-se ouvido.

20. Está correto o emprego de ambos os segmentos sublinhados na frase:

- (A) Juventude é, hoje, uma palavra mágica: consideramo-lhe um talismã, nela atribuímos o condão de uma chave que abre todas as portas.
- (B) Quanto ao passado, deixar-lhe em paz, pois se os dias não voltam não há como interferir-lhes.
- (C) Se há dias bons na juventude, não os queiramos emprestar um valor absoluto, pois a eles se alternaram dias infelizes.
- (D) Quanto aos jovens, poupemo-los de aconselha-mentos a que não podem ou não sabem dar ouvidos.
- (E) Se é para mim escolher entre o tumulto do jovem e a serenidade do velho, prefiro esta a aquele.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O princípio básico que objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesões aos direitos fundamentais, denomina-se

- (A) motivação.
- (B) razoabilidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) coercibilidade.
- (E) imperatividade.

22. Como uma das causas justificadoras da inexecução do contrato administrativo, o fato do príncipe caracteriza-se como sendo

- (A) toda determinação estatal, positiva ou negativa geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato.
- (B) o ato individual emanado do Poder Público que, reflexamente ou não, desequilibra a economia do contrato, impedindo a sua parcial execução.
- (C) toda ação ou omissão do Poder Público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda ou impede a sua execução.
- (D) ocorrências materiais não cogitadas pelas partes na celebração do contrato, mas que surgem no decorrer da sua execução.
- (E) eventos materiais imprevisíveis e inevitáveis, criando para o contratado a impossibilidade intransponível para a execução do objeto contratual.

23. Observadas as demais condições legais, a licitação é dispensável nas seguintes hipóteses, sem a estas se limitar:

- I. Aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos por vendedor exclusivo.
- II. Restauração de obras de arte e objetos históricos.
- III. Contratação de instituição brasileira dedicada à recuperação social do preso.
- IV. Serviços técnicos especializados de publicidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

24. Afrodite, servidora pública, aposentada por invalidez quando do exercício de suas funções perante o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, ao ser submetida à junta médica oficial, cujo laudo declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, retornará à atividade mediante ato de

- (A) transposição.
- (B) readaptação.
- (C) recondução.
- (D) reintegração.
- (E) reversão.

25. A certidão negativa de tributos imobiliários expedida pela Prefeitura Municipal de Manaus é portadora de fé pública, em decorrência do

- (A) atributo da legalidade.
- (B) requisito da auto-executoriedade.
- (C) princípio da moralidade.
- (D) atributo da presunção de legitimidade.
- (E) requisito da competência.

26. Com relação ao teto de remuneração do servidor público, NÃO serão excluídas, dentre outras, as seguintes vantagens:

- (A) adicionais pelo exercício de atividades insalubres e pela prestação de serviços extraordinários.
- (B) retribuição pelo exercício de função de direção e de chefia.
- (C) adicionais de férias e por tempo de serviço.
- (D) retribuições pelo exercício de função de assessoramento e adicional noturno.
- (E) gratificação natalina e adicional de periculosidade.

27. No decorrer do procedimento licitatório pertinente à modalidade de concorrência, ao ser analisada a documentação apresentada pelos licitantes para ser aferida a capacidade jurídica, a capacidade técnica, a idoneidade econômico-financeira e a regularidade fiscal, compete à Comissão de Julgamento

- (A) habilitar os licitantes que atenderem todas as exigências constantes no edital, ou inabilitar aqueles que deixaram de atender pelo menos parte do exigido.
- (B) desclassificar as propostas comerciais que não atenderem total ou parcialmente as exigências editalícias.
- (C) qualificar os licitantes para avaliação dos documentos após o julgamento das propostas comerciais.
- (D) desqualificar os licitantes que deixaram de atender pelo menos parte dos documentos exigidos, qualificando os demais.
- (E) submeter a documentação à decisão da autoridade superior, mediante manifestação fundamentada.

<p>28. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições e, notadamente,</p> <p>(A) frustrar a licitude de concurso público e ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.</p> <p>(B) facilitar a permuta de bem por preço superior ao de mercado e praticar ato visando a fim proibido em lei.</p> <p>(C) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício e negar publicidade aos atos oficiais.</p> <p>(D) agir negligentemente na arrecadação de tributos e rendas e revelar fato de que tem ciência em razão das atribuições.</p> <p>(E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo e dispensar o processo licitatório indevidamente.</p>	<p>31. Compete privativamente à União legislar sobre</p> <p>(A) orçamento.</p> <p>(B) juntas comerciais.</p> <p>(C) direito econômico.</p> <p>(D) custas dos serviços forenses.</p> <p>(E) seguridade social.</p>
<p>29. Entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos no artigo 5º da CF, inclui-se:</p> <p>(A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendida aos sucessores e contra eles executadas.</p> <p>(B) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo regulamentado pelo Poder Público o exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.</p> <p>(C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical e entidade de classe.</p> <p>(D) conceder-se-á <i>habeas data</i> sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.</p> <p>(E) a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.</p>	<p>32. Com relação à administração pública, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.</p> <p>(B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.</p> <p>(C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.</p> <p>(D) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.</p> <p>(E) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.</p>
<p>30. São brasileiros naturalizados</p> <p>(A) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa a residência por cinco anos ininterruptos, e ausência de condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos, ininterruptos ou não, e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p> <p>(D) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.</p> <p>(E) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, exigida a residência na República Federativa do Brasil apenas por um ano ininterrupto e idoneidade moral, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.</p>	<p>33. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e</p> <p>(A) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.</p> <p>(B) subsidiário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, excluindo-se o ente público.</p> <p>(C) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos e inativos, excluindo-se os pensionistas.</p> <p>(D) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, excluindo-se os servidores inativos e os pensionistas.</p> <p>(E) subsidiário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos, excluindo-se os pensionistas.</p> <p>34. Dentre outras hipóteses, o processo legislativo compreende a elaboração de emenda à Constituição Federal. Sobre isso, é correto afirmar que a</p> <p>(A) Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que advenha de proposta do Presidente da República.</p> <p>(B) Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(C) matéria constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(D) proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em apenas um turno, considerando-se aprovada se obtiver votos da maioria absoluta de seus respectivos membros.</p> <p>(E) emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembleias Legislativas, com o respectivo número de ordem.</p>

35. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Com relação às medidas provisórias, é correto afirmar:

- (A) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (B) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos, aos partidos políticos, ao direito eleitoral, ao direito penal, ao processual penal e ao processual civil.
- (C) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, à carreira e à garantia de seus membros.
- (D) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (E) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta perderá automaticamente a vigência, inclusive antes de sancionado ou vetado o projeto.

36. Considere as proposições:

- I. À Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- II. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- III. A Justiça do Trabalho não possui competência para processar e julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

37. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de,

- (A) no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (B) no máximo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (C) no máximo, onze juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos.
- (D) no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (E) no mínimo, onze juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos.

38. Com relação à seguridade social, é correto afirmar que

- (A) as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.
- (B) as contribuições sociais do importador de bens ou serviços do exterior, bem como as contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos não são fontes de receita da seguridade social.
- (C) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão de orçamento próprio, integrando o orçamento da União.
- (D) as contribuições das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei fazem parte das receitas da seguridade social.
- (E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, como estabelecido em lei.

39. Se, no curso do processo, se tornar litigiosa a relação jurídica, de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide,

- (A) apenas o réu poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- (B) apenas o autor poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- (C) qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- (D) o juiz, após a oitiva do Ministério Público, a declarará de ofício e por sentença.
- (E) o juiz deverá declará-la de ofício e por despacho.

<p>40. Considere as proposições:</p> <p>I. A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver.</p> <p>II. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular, assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.</p> <p>III. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de quinze dias, prorrogável até outros quinze, por despacho do juiz.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.          (B) II.          (C) I e II.          (D) I e III.          (E) II e III.</p>	<p>43. Em um processo em que o autor é um incapaz, o Ministério Público não foi intimado a acompanhar o feito e a intervir. Nesse caso,</p> <p>(A) não é nulo o processo, devendo o Ministério Público ser intimado para acompanhar o processo somente em grau de recurso.</p> <p>(B) não é nulo o processo, uma vez que a intervenção do Ministério Público no caso de o autor ser incapaz é facultativa.</p> <p>(C) é nulo o processo e o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.</p> <p>(D) é nulo o processo e o juiz o anulará desde a citação da parte contrária para responder.</p> <p>(E) não é nulo o processo, uma vez que o Ministério Público pode intervir em qualquer processo independentemente de intimação.</p> <p>44. Ao verificar que, da petição inicial, não consta o pedido com suas especificações, o juiz</p> <p>(A) fixará ele próprio o pedido, tendo em conta os fatos expostos.</p> <p>(B) indeferirá desde logo a petição inicial.</p> <p>(C) determinará a citação do réu para responder.</p> <p>(D) determinará que o autor a complete no prazo de dez dias.</p> <p>(E) julgará extinto o processo com exame do mérito.</p>
<p>41. O advogado</p> <p>(A) pode examinar, em secretaria de Tribunal, autos de qualquer processo, mesmo se não tramitar em segredo de justiça, somente se tiver procuração de qualquer das partes.</p> <p>(B) tem o direito de retirar os autos de cartório, pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar neles por determinação do juiz, independentemente de carga.</p> <p>(C) pode receber quitação, transigir, desistir da ação ou renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, sem poderes especiais, se tiver procuração geral para o foro conferida por instrumento público pela parte.</p> <p>(D) pode examinar, em cartório de justiça, autos de qualquer processo, mesmo se não tramitar em segredo de justiça, somente se tiver procuração de qualquer das partes.</p> <p>(E) poderá retirar os autos de cartório de justiça, sendo o prazo comum às partes, somente em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição com o advogado da parte contrária.</p>	<p>45. Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando</p> <p>(A) o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.</p> <p>(B) o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.</p> <p>(C) o autor abandonar a causa por mais de trinta dias, por não promover os atos e diligências que lhe competir.</p> <p>(D) se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.</p> <p>(E) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.</p> <p>46. A sentença que julgar procedentes os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, em regra,</p> <p>(A) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mas transita em julgado e produz efeito se a Fazenda Pública não recorrer da decisão.</p> <p>(B) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.</p> <p>(C) não está sujeita ao duplo grau de jurisdição se os embargos forem julgados parcialmente procedentes.</p> <p>(D) está sujeita ao duplo grau de jurisdição somente se a decisão se fundar em matéria de direito e não de fato.</p> <p>(E) está sujeita ao duplo grau de jurisdição somente se a decisão se fundar em matéria de fato e não de direito.</p>
<p>42. Na direção do processo, o juiz</p> <p>(A) poderá determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo.</p> <p>(B) não poderá indeferir diligências que considerar inúteis.</p> <p>(C) só poderá determinar a produção de provas a requerimento das partes.</p> <p>(D) poderá eximir-se de sentenciar alegando lacuna ou obscuridade da lei.</p> <p>(E) não poderá indeferir diligências que considerar meramente protelatórias.</p>	

<p>47. Isis, juíza de direito, ao proferir uma sentença de mérito erra nos cálculos da indenização arbitrada. Nesse caso,</p> <p>(A) poderá corrigir a sentença de mérito somente a requerimento do Ministério Público.</p> <p>(B) não poderá corrigir a sentença de mérito porque acabou o seu ofício jurisdicional, cabendo às partes recorrerem da decisão.</p> <p>(C) não poderá corrigir a sentença de mérito, mas poderá remeter de ofício o processo para a instância superior.</p> <p>(D) poderá corrigir a sentença de ofício ou a requerimento de qualquer uma das partes.</p> <p>(E) poderá corrigir a sentença de mérito somente a requerimento do autor e com a concordância expressa do réu.</p>	<p>50. No processo trabalhista, a penhora de bens do executado poderá realizar-se</p> <p>(A) exclusivamente nos dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário comercial, sendo imprescindível a autorização do juiz.</p> <p>(B) em todos os dias, inclusive nos domingos e feriados, das 9 às 18 horas, em quaisquer processos, independentemente de autorização do juiz.</p> <p>(C) nos dias úteis, das 6 às 20 horas, e, mediante autorização expressa do juiz, também nos domingos e feriados.</p> <p>(D) nos dias úteis, de 2ª a 6ª feira, das 13 às 17 horas, e aos sábados, mas nunca aos domingos.</p> <p>(E) em quaisquer dias, inclusive sábados, domingos e feriados, das 9 às 19 horas, independentemente de autorização do juiz.</p>
<p>48. A respeito do mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A decisão que denegar o mandado de segurança impedirá o requerente de pleitear seus direitos por ação própria.</p> <p>(B) A inicial será desde logo indeferida, quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum requisito legal.</p> <p>(C) Da sentença que conceder o mandado de segurança cabe recurso de apelação.</p> <p>(D) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.</p> <p>(E) Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo <i>habeas corpus</i>.</p>	<p>51. As nulidades, nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho,</p> <p>(A) não serão declaradas salvo quando resultar dos atos atacados manifesto prejuízo a algum dos litigantes.</p> <p>(B) em quaisquer hipóteses poderão ser decretadas <i>ex officio</i> pelo juiz ou Tribunal.</p> <p>(C) não poderão ser declaradas <i>ex officio</i> pelo juiz ou Tribunal.</p> <p>(D) poderão ser pronunciadas mesmo que tenham sido argüidas pela parte que lhes deu causa.</p> <p>(E) poderão ser decretadas depois de proferido o indispensável parecer do Ministério Público.</p>
<p>49. No processo trabalhista, a compensação ou retenção</p> <p>(A) poderá ser argüida em qualquer fase do processo, até mesmo na execução definitiva da sentença.</p> <p>(B) só poderá ser argüida como matéria de defesa.</p> <p>(C) poderá ser argüida em qualquer momento, até que a sentença seja proferida pelo juiz de 1ª instância.</p> <p>(D) poderá ser argüida em qualquer momento, até que a sentença tenha transitado em julgado.</p> <p>(E) não poderá ser argüida em momento algum.</p>	<p>52. Só suspendem o andamento normal dos processos trabalhistas as exceções de</p> <p>(A) coisa julgada e de litispendência.</p> <p>(B) coisa julgada e de incompetência.</p> <p>(C) litispendência e de incompetência.</p> <p>(D) incompetência e de suspeição.</p> <p>(E) suspeição e de coisa julgada.</p>

<p>53. Na hipótese em que o empregador alegar abandono de emprego, cabe ao</p> <p>(A) reclamante comprovar que foi efetivamente despedido.</p> <p>(B) Ministério Público verificar se há indícios do abandono.</p> <p>(C) empregado demonstrar que não abandonou o emprego.</p> <p>(D) juiz examinar a qual das partes caberá o ônus da prova.</p> <p>(E) empregador provar que se caracterizou o abandono.</p>	<p>57. A execução, no processo trabalhista, poderá ser promovida</p> <p>(A) parte diretamente interessada, de forma exclusiva.</p> <p>(B) pelo Ministério Público, apenas.</p> <p>(C) por qualquer interessado ou <i>ex officio</i> pelo juiz.</p> <p>(D) por determinação do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) pela Vara de Execuções.</p>
<p>54. No processo trabalhista, o mandado de citação dá ao executado um prazo para que faça o pagamento ou garanta a execução, sob pena de penhora. Este prazo é de</p> <p>(A) 24 horas.</p> <p>(B) 48 horas.</p> <p>(C) 72 horas.</p> <p>(D) 5 dias.</p> <p>(E) 8 dias.</p>	<p>58. Nos processos trabalhistas, iniciada a execução, a citação será feita por</p> <p>(A) via postal normal.</p> <p>(B) SEDEX.</p> <p>(C) telegrama urgente.</p> <p>(D) e-mail.</p> <p>(E) oficial de justiça.</p>
<p>55. Submetem-se ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais que, na data do ajuizamento da reclamação, tenham um valor que não exceda a</p> <p>(A) 60 salários mínimos.</p> <p>(B) 50 salários mínimos.</p> <p>(C) 40 salários mínimos.</p> <p>(D) 30 salários mínimos.</p> <p>(E) 20 salários mínimos.</p>	<p>59. Nos processos trabalhistas em que for pleiteada a reintegração no emprego de dirigente sindical, a apreciação da medida liminar será competência do</p> <p>(A) Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) Juiz da Vara do Trabalho.</p> <p>(C) Juiz Relator a quem tiver sido distribuído o processo.</p> <p>(D) Juiz Presidente da Turma do Tribunal.</p> <p>(E) Juiz da Justiça Federal.</p>
<p>56. Nos termos da lei, se a testemunha for servidor público, civil ou militar, e tiver de depor em horário de serviço,</p> <p>(A) deverá solicitar, diretamente ao seu chefe imediato, a devida autorização para se ausentar do serviço.</p> <p>(B) deverá ser avisada pela parte interessada para comparecer à audiência.</p> <p>(C) deverá ser conduzida coercitivamente à Vara para prestar seu depoimento.</p> <p>(D) será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência.</p> <p>(E) será intimada pelo oficial de justiça da Vara para comparecer à audiência.</p>	<p>60. Para que a empresa reclamada possa preparar sua contestação, entre a data do recebimento da citação e a data da realização da audiência deve haver prazo mínimo de</p> <p>(A) 5 dias.</p> <p>(B) 10 dias.</p> <p>(C) 15 dias.</p> <p>(D) 20 dias.</p> <p>(E) 30 dias.</p>